

# NATUREZAS VERDADEIRAS E IMUTÁVEIS

Margaret D. Wilson  
PRINCETON UNIVERSITY

## I

Na Quinta Meditação, Descartes introduz a noção de “naturezas verdadeiras e imutáveis”. Afirma que essas naturezas (ou essências) consistem nos conteúdos de algumas das “idéias” que encontra nele mesmo; e tenta mostrar que são bem diferentes de quaisquer conteúdos-de-pensamento que possa ter **inventado**. Descartes inicialmente apresenta essa noção como exemplificada por conceitos geométricos – os quais, por sua vez, ele tenta apresentar como aqueles que fornecem os princípios fundamentais da ciência física:

*“E o que, aqui, estimo mais considerável é que encontro em mim uma infinidade de idéias de certas coisas que, embora talvez não tenham nenhuma existência fora de mim, não podem ser consideradas um puro nada; e, embora esteja, de certa forma, em minha liberdade pensá-las ou não as pensar, não são, entretanto, formadas [finguntur] por mim, mas possuem suas [próprias] naturezas verdadeiras e imutáveis. Como, por exemplo, quando imagino um triângulo, mesmo se [etiam si] não houver talvez em lugar algum, fora do meu pensamento, uma tal figura, e que nunca tenha havido, não deixa, entretanto, de haver uma certa natureza ou forma, ou essência determinada dessa figura, a qual é imutável e eterna, que não é feita por mim [efficta] e que não depende de meu espírito; como parece, pelo fato de que se podem demonstrar diversas propriedades desse triângulo, tais como, que seus três ângulos são iguais a dois retos, [ou] que seu maior ângulo é oposto ao seu maior lado, e outras semelhantes, as quais agora, quer queira, quer não,*

*reconheço mui claramente e mui evidentemente estarem nele, mesmo se [etiam si] não tivesse antes pensado nelas de maneira alguma, quando imaginei pela primeira vez um triângulo; e, portanto, não foram feitas [effictae] por mim". (AT VII, 64)*

Há outras passagens que confirmam que Descartes atribuiu importância à afirmação de que especificamente as idéias matemáticas ou geométricas representam naturezas verdadeiras e imutáveis<sup>1</sup>. Na Quinta Meditação, porém, ele passa rapidamente para uma exposição de uma versão (ou, talvez, dever-se-ia dizer versões) do Argumento Ontológico, na qual a distinção entre naturezas verdadeiras e imutáveis e idéias meramente factícias, tem um papel principal. Muito da discussão acerca da noção de naturezas verdadeiras e imutáveis – em Descartes, em seus críticos contemporâneos e em interpretações filosóficas recentes – está relacionado ao modo como essa noção aparece nesse argumento, ou nessa família de argumentos. Particularmente nas Primeiras Respostas, Descartes retoma e desenvolve a distinção entre naturezas verdadeiras e imutáveis e idéias factícias, na tentativa de afastar a objeção de Caterus à sua pretensa demonstração da existência de Deus na Meditação V.

Uma questão importante relacionada com a noção de naturezas verdadeiras e imutáveis é a de que em conjunto essas naturezas parecem constituir, para Descartes, o único conteúdo de idéias que considera **inato**. Na Quinta Meditação mesma, Descartes enfatiza que idéias de naturezas verdadeiras e imutáveis são “produzidas pelo [seu] pensamento”, observando que, pelo menos, uma grande quantidade delas representa coisas que ele jamais poderia encontrar na experiência sensível. ( AT VII, 64-5) Mas esse ponto aparece mais explicitamente nas seguintes passagens da Correspondência, datadas do mesmo ano das Meditações:

*... Pela palavra **Idéia**, entendo tudo aquilo que pode estar em nosso pensamento, e do que distingui três tipos, a saber: aquelas que são adventícias, tais como a idéia que se tem comumente do*

*sol; outras que são produzidas ou inventadas [aliae factae vel factitiae], em cuja classe podemos colocar a que os astrônomos por seu raciocínio têm do sol; e as outras inatas, tais como as idéias de Deus, Mente, Corpo, Triângulo e em geral todas as que representam alguma essência verdadeira, eterna e imutável. (A Mersenne, 16 de Junho de 1641; AT III, 383).<sup>2</sup>*

Descartes prossegue estendendo a relevância do contraste entre idéias inatas e factícias, ao sustentar que esta distinção fornece bases para uma distinção entre inferências legítimas que se baseiam em uma idéia e inferências que envolvem um **petitio principii**. (Voltarei em breve a essa questão).

Em uma discussão há tempos atrás sobre essa noção, sustentei que Descartes não consegue estabelecer uma distinção clara e viável entre naturezas verdadeiras e imutáveis e conteúdos inventados ou factícios<sup>3</sup>. Primeiramente afirmei que Descartes fornece critérios **diferentes** para a distinção na Quinta Meditação e na defesa que se segue nas Primeiras Respostas. Em segundo lugar, tentei mostrar que ambas as concepções são altamente vulneráveis a contra-exemplos. Recentemente, Walter Edelberg apresentou uma interpretação da posição de Descartes na Quinta Meditação e nas Primeiras Respostas que considera uma aproximação às minhas críticas e uma oposição às sérias dúvidas de alguns outros intérpretes a respeito da viabilidade da distinção de Descartes.<sup>4</sup> Em outro artigo recente Willis Doney endossa, de um modo geral, a compreensão de Edelberg das intenções de Descartes.<sup>5</sup> Doney parece acompanhar Edelberg,

---

(2) Descartes está respondendo a algumas objeções levadas a ele por Mersenne feitas por um crítico anônimo, cujo alvo era o conceito cartesiano de idéia, e que sustentava que o Argumento Ontológico de Descartes é circular. (Cf. AT III, 375-7)

(3) **Descartes**, Routledge, 1978, cap. 5.

(4) "The Fifth Meditation", **Philosophical Review**, October, 1990, 493-533. Além da minha discussão crítica, Edelberg cita as de Anthony Kenny (**Descartes**, Random House, 1968) e de Edwin Curley (**Descartes Against the Sceptics**, Harvard, 1978).

(5) "On Descartes' Reply to Caterus", **American Catholic Philosophical Quarterly**, Vol. LXVII, No. 4, 1993, 413-30.

sustentando que a distinção entre naturezas verdadeiras e imutáveis e conteúdos factícios pode ser mantida com êxito, apesar de certas dificuldades em se estabelecer uma interpretação clara e consistente em várias passagens. (O que ele efetivamente afirma é: “Embora possamos tender a concordar com Wilson que a noção de Descartes de natureza verdadeira e imutável não é totalmente clara e distinta, é difícil crer que seja tão confusa quanto ela faz parecer.” (149))<sup>6</sup>

Tomei conhecimento do artigo de Edelberg quando Doney apresentou seu próprio artigo numa conferência em Paris em 1992. De imediato fiquei impressionada com o interesse inerente à concepção de Edelberg (como explicava Doney); e com a plausibilidade de sua resposta à minha linha de criticismo (e,acompanhando-o, a de Doney). Mesmo agora não desejo defender muito enfaticamente minhas críticas originais a Descartes. Minha abordagem de contra exemplo foi muito apressada, visto que, sem dúvida, estão aí envolvidas preocupações filosóficas relevantes. Mais ainda, atualmente estou inclinada a defender, de uma certa forma, minha afirmação de que há uma nítida diferença entre as concepções de Descartes de naturezas verdadeiras e imutáveis na Quinta Meditação e nas Primeiras Respostas. Ainda me beneficiando dos artigos de Edelberg e de Doney, bem como de um artigo interessante datado de 1980 de Gregory Brown<sup>7</sup> e das diversas fontes que eles

(6) Do mesmo modo, no artigo citado na próxima nota, Tad Schmaltz observa que “concorda com Edelberg que a distinção de Descartes entre essências imutáveis e inventadas é mais rica do que afirmam seus críticos”. (pg. 135, n.16) Eu sou o único “crítico” evocado ali especificamente.

(7) “Vera Entia: The Nature of Mathematical Objects in Descartes”, *Journal of the History of Philosophy*, vol. 18 (1980), pgs. 23-37.

É também interessante o “Platonism and Descartes’ view of immutable essences”, *Archiv fuer Geschichte der Philosophie*, 1991 (Vol. 73), pgs. 129-170. Como Schnaltz menciona em uma nota, entretanto, sua preocupação no artigo é com o estatuto ontológico das essências imutáveis em Descartes (em particular, face ao aparente conflito entre as afirmações da Quinta Meditação e o que Descartes afirma sobre universais nos *Principles of Philosophy*). Isto é, sua preocupação não é de discutir “a distinção de Descartes entre essências imutáveis e inventadas.” (Como foi mencionado na nota anterior, ele, de fato, apresenta uma opinião relevante).

citam, percebo que minhas observações anteriores não eram muito abrangentes. Assim, por um lado, não pretendo defender totalmente o que disse anteriormente contra as objeções de Edelberg e Doney. Entretanto, por outro lado, ainda tenho dúvidas acerca da distinção que Descartes tenta traçar entre naturezas verdadeiras e imutáveis e constructos mentais. Mesmo após ter estudado os artigos de Edelberg e de Doney, tendo a questionar se os textos são totalmente coerentes. E engenhoso e arguto como é o artigo de Edelberg, ainda assim há bastante nele que acho obscuro e insustentável.

Meu objetivo nesse artigo é começar a reavaliar a questão, à luz (principalmente) da discussão de Edelberg.

Iniciarei revendo brevemente – com algum comentário – os principais pontos da minha abordagem original. Em seguida passarei a esboçar e a responder às passagens da análise de Edelberg que são mais diretamente opostas, com alguma referência à discussão de Doney. A abordagem de Edelberg é muito detalhada (técnica mesmo), muito original e (penso ser), em alguns pontos, até mesmo difícil de se compreender. Certamente minha preocupação principal aqui não é a de “refutar” sua posição interpretativa; mas sim a de trazer para debate certos elementos dela. Efetivamente creio que ele, pelo menos, estabeleceu que há lugar para avançar na discussão do tema de modo útil; entretanto, estou inclinada a pensar que existem problemas demais com sua abordagem para que seja aceita como uma elucidação satisfatória acerca da distinção de Descartes.

## II

Na minha concepção anterior, considerei que na Quinta Meditação Descartes sustenta que a distinção entre naturezas verdadeiras e imutáveis e idéias factícias (ou conteúdos de idéias) repousa no fato de que as primeiras, mas não as últimas, têm “consequências imprevistas e indesejadas”. (Descartes, 172) Considerei ser esta a concepção expressa no final da passagem das Quinta Meditação que citei

antes, onde Descartes explica que a condição do triângulo como natureza verdadeira e imutável, surge do fato de que se podem demonstrar diversas propriedades desse triângulo ..., “as quais agora, quer queira, quer não, reconheço mui claramente e mui evidentemente estarem nele, mesmo se [etiam si] não tivesse antes pensado nelas de maneira alguma, quando imaginei pela primeira vez um triângulo; e, portanto, não foram feitas [effictae] por mim”. (AT VII, 64)

Infelizmente, agora me parece que a plausibilidade da minha leitura foi fortalecida por uma tradução levemente tendenciosa de **etiam si** para “ainda que” (e não “mesmo se”).<sup>8</sup> Uma outra passagem que citei da Quinta Meditação – a que relaciona a noção de naturezas verdadeiras e imutáveis à necessidade de afirmar que Deus existe – agora me parece ainda menos indicativa de que, para Descartes, a distinção entre naturezas verdadeiras e imutáveis e idéias factícias está interligada à questão das “consequências imprevistas e indesejadas”. Essa passagem é a seguinte:

*Do fato de eu não poder conceber Deus sem existência, segue-se que a existência é inseparável de Deus e que, portanto, ele realmente existe; não que meu pensamento faça com que isso seja assim, ou que imponha qualquer necessidade às coisas mas, ao contrário, porque o próprio fato da existência de Deus necessariamente me determina a um tal pensamento. Pois não sou livre para conceber Deus sem existência (isto é, o ser soberanamente perfeito sem a perfeição soberana), como sou livre para imaginar um cavalo sem asas ou com asas. (AT VII, 67; cf. Descartes 171)*

É certo que nessas passagens há uma ênfase sobre a tese de que Descartes é **forçado** a fazer certas afirmações com base no conteúdo dado de suas idéias de naturezas verdadeiras e imutáveis e na negação de que haja qualquer controle volitivo sobre a questão. Além disso, a primeira passagem citada não exclui que as inferências ou consequências, com as quais ele se depara no caso das

naturezas verdadeiras e imutáveis, **possam muito bem** incluir algumas não previstas por ele. Entretanto, atualmente eu não iria tão longe a ponto de sustentar que na Quinta Meditação ele afirma que “imprevisibilidade” é um aspecto necessário dessa situação.

(Eu deveria notar, porém, que a relevância da “imprevisibilidade” das consequências é ressaltada de modo mais definitivo no curso da passagem da carta a Mersenne que citei acima. Defendendo-se obliquamente da acusação de que seu Argumento Ontológico envolve um **petitio principii**, Descartes escreve:

*Ora, se de uma idéia produzida eu deveria concluir algo que eu tenha explicitamente posto nela quando a produzi, isso manifestamente seria um **petitio principii**; porém, se de uma idéia inata retiro algo que estava contido nela implicitamente, **mas que, de início, não notei**, tal como da idéia de triângulo, que seus três ângulos são iguais a dois ângulos retos, ou da idéia de Deus, que ele existe, etc ..., isto está tão longe de ser um **petitio principii** que, ao contrário, é, mesmo segundo Aristóteles, o modo mais perfeito de demonstração, pois tem a definição verdadeira da coisa como termo médio. (AT III, 383; grifo acrescentado).*

Seja como for, hoje eu gostaria de apresentar uma interpretação mais sutil do próprio texto da Quinta Meditação. Ainda assim, não penso que os ajustes relativamente pequenos invalidariam, por eles mesmos, o contra-exemplo que originalmente propus com relação à tese cartesiana, como a princípio a compreendi. Pois, me parece, o contra-exemplo é receptivo aos ajustes possivelmente necessários.

O contra-exemplo que ofereci (discutido tanto por Edelberg, quanto por Doney) foi a idéia de Onk, definido como “a primeira forma de vida extra-terrestre a ser descoberta pelo homem”. Considerei ser essa uma idéia claramente factícia; e no entanto uma idéia que pode bem ter consequências a princípio não previstas, mas inegáveis quando há reflexão. Por exemplo, o “produtor” da idéia de Onk pode dar-se conta apenas **por reflexo** que algo para ser uma forma de vida deve ter a capacidade de assimilar alimento e

deve ter potencial reprodutivo. Portanto, “Onk assimila alimento” e “Onk tem potencial reprodutivo” serão consequências necessárias não previstas. (Hoje eu diria “consequências que independem da volição, que podem ter sido imprevistas”).<sup>9</sup>

Na ocasião, propus que, nas Primeiras Respostas, Descartes oferece um critério bastante diferente para naturezas verdadeiras e imutáveis, a saber, **o fato de não serem analisáveis em componentes “por uma operação mental clara e distinta”**. Esse critério, de certo, daria conta do Onk, bem como do “cavalo alado” e do “leão existente” (exemplo de Caterus na sua crítica à Quinta Meditação nas Primeiras Objeções<sup>10</sup>). Infelizmente, como então observei, também parece eliminar, digamos, triângulos, já que a noção de ângulo(s) certamente pode ser distinguida claramente da noção de três. Mas a idéia de triângulo é um dos exemplos paradigmáticos de Descartes de uma idéia cujo conteúdo é uma natureza verdadeira e imutável.

---

(9) Em uma nota da minha discussão em **Descartes**, me referi a uma passagem da **Conversation with Burman**, que coloca a questão de se mesmo entidades estritamente fictícias poderiam satisfazer aos critérios de Descartes. Burman registra levantando a seguinte questão:

Mas então [na sua visão] nem mesmo uma quimera será uma entidade fictícia [**ens fictum**], visto que também sou capaz de demonstrar várias propriedades dela.

A resposta de Descartes aparece assim:

Tudo numa quimera que pode ser concebido clara e distintamente é uma entidade verdadeira; não é fictícia [**fictum**], visto ter uma essência verdadeira e intelectual, e essa essência é tanto de Deus, quanto a essência atual de outras coisas [**quam actualis aliarum rerum**]. Diz-se, entretanto, ser uma entidade fictícia [**ens fictum**], na medida em que supomos que ela existe [**cum nos illud existere supponimus**]. (AT V, 160).

A objeção de Burman torna claro que ele compreendeu a noção de “consequências demonstráveis” como central para a distinção de Descartes. A resposta de Descartes não se dirige diretamente ao ponto levantado por Burman. Descartes, na verdade, parece recuar de qualquer critério de “consequências”, recorrendo apenas a percepções distintas.

(10) Possivelmente Quimera também: ver nota anterior. (Será que Descartes pretende sustentar ou negar que **Quimera**, enquanto uma idéia completa, tem uma natureza verdadeira e imutável?)

Visto que se tornou muito importante a redação exata da passagem das Primeiras Respostas, cito-a aqui detalhadamente, em três momentos. A resposta inicia assim:

*(a) Devemos notar que as idéias que não contêm naturezas verdadeiras e imutáveis, mas somente as que são feitas (factícias) e unidas pelo intelecto podem, pelo mesmo intelecto, ser divididas, não simplesmente por abstração, mas por uma operação clara e distinta; de tal forma que aquelas que o intelecto não pode dividir dessa forma, sem dúvida, não foram unidas por ele. Assim, por exemplo, quando penso em um cavalo alado, ou em um leão atualmente existente, ou em um triângulo inscrito em um quadrado, facilmente compreendo (facile intelligo) que posso, ao contrário, pensar em um cavalo não alado, em um leão não existente, em um triângulo sem um quadrado e coisas como essas e, portanto, compreendo que elas não têm naturezas verdadeiras e imutáveis [nec proinde illa veras & immutabiles naturas habere]. (AT VII, 117).*

(Essa é uma tradução minha; mas penso que não diverge significativamente da tradução de Cottingham – na qual Edelberg se baseia e diverge apenas em um ponto da tradução de Doney. Doney traduz “facile intelligo” por “prontamente concebo que” em vez de “facilmente compreendo que”, sugerindo assim um compromisso epistêmico mais limitado.)

Descartes prossegue contrastando essas idéias “produzidas” com o caso de um triângulo ou um quadrado (observando, entre parênteses, de um modo um tanto torturante, que não vai falar sobre o leão ou sobre o cavalo, “porque a natureza deles não é inteiramente perspicua para nós”). Por exemplo, diz ele:

*(b) mesmo se posso compreender um triângulo, abstraindo do fato de que seus três ângulos são iguais a dois ângulos retos, mesmo assim não posso negar isso dele por uma operação clara e distinta, isto é compreender corretamente o que afirmo. (117-118)*

Ele, então, acrescenta (surpreendentemente, para alguns de nós leitores):

*(c) Além disso, se devo considerar um triângulo inscrito em um quadrado, não atribuindo ao quadrado aquilo que pertence apenas ao triângulo nem ao triângulo o que pertence ao quadrado, mas apenas examinando o que surge da conjunção dos dois, então a sua natureza será não menos verdadeira e imutável do que a do quadrado ou do triângulo isolados; mas, na verdade, pode-se corretamente afirmar que o quadrado não é nada menos do que o dobro do triângulo nele inscrito, e coisas assim, o que pertence à natureza dessa figura composta (118).*

A princípio considere o início de toda essa passagem (i.e. (a)) como implicando que, se o conteúdo de uma idéia pode ser analisado em “partes” (através de uma operação “clara e distinta”), então a idéia não representa uma natureza verdadeira e imutável. (Isto é, considere a implicação como sendo de que tal analisabilidade constitui uma condição tanto suficiente, quanto necessária para a facticidade). Sustentei que esse teste não captava adequadamente uma condição necessária da “qualidade de natureza verdadeira e imutável” porque, por exemplo, alguns dos exemplos dados por Descartes de naturezas verdadeiras e imutáveis parecem não passar nesse teste. Também sustentei que o teste da analisabilidade é inteiramente diferente do critério de consequências imprevistas e inevitáveis que considere ser o núcleo da concepção da Primeira Meditação.

### III

Agora me volto para considerar o artigo de Edelberg. O núcleo desse artigo é um enunciado de duas partes de um critério para isolar as naturezas verdadeiras e imutáveis, que, segundo ele, capta o sentido das passagens tanto da Quinta Meditação, quanto das Primeiras Respostas. Entretanto, antes de examinar esse enunciado, farei um esboço de alguns comentários de Edelberg especificamente sobre as Primeiras Respostas, (dando prosseguimento ao final da minha seção anterior).

Edelberg nega que nas Primeiras Respostas Descartes pretenda sustentar que, se um conteúdo de uma idéia é analisável em duas partes, então não se trata

de uma natureza verdadeira e imutável. Segundo Edelberg, na passagem das Primeiras Respostas, Descartes está simplesmente apontando para o fato de que, quando se acha que é possível dividir uma idéia (ou seu conteúdo) em partes, **não se tem razão alguma, até então, para crer que se trata de uma natureza verdadeira e imutável.**

Ora, até mesmo Doney (que é, de um modo geral, simpático à posição de Edelberg) considera essa leitura muito fraca para ser textualmente aceitável. Ele defende uma versão levemente diferente, a saber, que a analisibilidade fornece **uma razão** para se pensar que não se trata de uma natureza verdadeira e imutável, mas de uma razão **vulnerável**. Assim, quando a princípio notamos ser possível conceber distintamente um triângulo separado do quadrado em que se inscreve, devemos nos inclinar para a concepção de que “triângulo inscrito em quadrado” não conta como uma natureza verdadeira e imutável. Entretanto, nas palavras de Doney, esse raciocínio é “neutralizado quando refletimos sobre um outro fato, a saber, que esse complexo tem consequências não atribuíveis a qualquer um dos seus componentes”. (420) (Em breve, maiores detalhes sobre essa “neutralização”).

Considero que Doney está certo quanto à implausibilidade da leitura de Edelberg; mas parece que sua emenda é tal que pode ser aceita sem problemas por Edelberg. Ambas as leituras são mais caridosas com Descartes do que a que faço; e é verdade que (como menciona Doney) a minha leitura não dá conta, nem mesmo toca no fato de que Descartes conclui o parágrafo das Primeiras Respostas, afirmando que o triângulo-inscrito-em-um-quadrado **efetivamente** tem uma essência verdadeira e imutável (c). Além disso, atualmente me parece ao menos defensável que a primeira frase de toda a passagem (i.e. (a)) não chegue a implicar que a divisibilidade (“analisibilidade”, como chamei anteriormente) consista numa condição necessária e suficiente para a factibilidade. Sendo assim, no todo, talvez seja melhor supor que Descartes não pretende, no início da passagem, apresentar a analisibilidade ou a divisibilidade como uma condição suficiente para naturezas verdadeiras e imutáveis. Talvez se possa, na verdade, aceitar a noção de que a capacidade de

“separar” os conteúdos de uma idéia, sem violar uma conexão necessária, apenas nos forneça uma espécie de razão *prima facie* para supor que não se trata de uma natureza verdadeira e imutável.

Entretanto, eu gostaria de enfatizar que essa me parece uma leitura que exige uma interpretação de certa forma “caridosa”. Continuo com a impressão de que a segunda frase da primeira parte da passagem (a) sugere fortemente a leitura que propus originalmente. Até mesmo Edelberg percebe que “tomado literalmente”, quando Descartes observa que as idéias que não podem ser separadas ou divididas da maneira correta “não têm naturezas verdadeiras e imutáveis”, “afirma mais do que está autorizado”. (511) Além disso, não acho que Edelberg realmente explique a introdução da questão da “divisibilidade” no início da resposta à objeção de Caterus. Vale também notar que tanto no tratamento dado por Edelberg, quanto no de Doney, ainda parece que as mesmas limitações do padrão de “divisibilidade” se aplicariam ao próprio “triângulo” (bem como ao ‘triângulo inscrito em quadrado’) pela razão anteriormente dada. Isto é, um triângulo não está de início qualificado como uma natureza verdadeira e imutável baseado no fato de ser indivisível ou (como Edelberg parece preferir) “inseparável”.

Precisamos agora ver mais claramente o que, segundo a concepção de Edelberg, efetivamente determina que uma idéia não seja “inventada”. (Isto colocará em seu contexto pleno a lógica da passagem da Primeira Resposta como Edelberg concebe e, juntamente com isso, dará conta de sua concepção acerca da Quinta Meditação).

O critério dado por Edelberg tem dois componentes principais (o primeiro deles anunciado na citação que fiz de Doney). Ao observar que na Quinta Meditação Descartes postula uma natureza verdadeira e imutável (a de um triângulo) “tendo como base uma certa implicação”, Edelberg prossegue, afirmando:

*... as implicações para as quais Descartes agora chama nossa atenção são implicações entre o conjunto completo de características definitórias da idéia (ou figura) e alguma propriedade. As propriedades de ter três ângulos e ser um polígono conjuntamente implicam a propriedade de ter a soma de seus ângulos interiores igual a dois ângulos retos; [essa implicação, entretanto, não ocorre] do fato de ter três ângulos ou do fato de ser um polígono, se tomados separadamente. Essa é uma característica de todo exemplo matemático oferecido por Descartes de uma idéia que tem uma natureza verdadeira e imutável.” (503; grifado no texto)*

(Edelberg, em uma nota, aponta que a implicação entre propriedades pode ser retomada em termos de implicação entre proposições).

Em segundo lugar, Edelberg observa que “a implicação das características definitórias de um triângulo para as propriedades em questão não são implicações puramente lógicas (nem analíticas)”. Ao contrário, a correção da implicação em questão “depende, de um modo crucial, de fatos acerca da geometria”. (504) Edelberg tenta elucidar a noção de “implicação geométrica” com referência a sistemas de axiomas e (alternativamente) formulações teórica-modelos (embora não afirme que o próprio Descartes tenha analisado a “implicação da geometria” em quaisquer desses dois modos). Ele prossegue, observando que é óbvio que Descartes pretendia que sua doutrina se aplicasse a outras matérias além da geometria: “a teologia, por exemplo”. Ele escreve:

*Se tomamos seu exemplo da geometria para ilustrar como a doutrina deve funcionar, então devemos supor que Descartes sustenta outras variedades de implicação que concebeu por analogia com o caso da geometria. Em cada caso, devemos supor que ele sustentou uma classe de implicações que não eram lógicas ou analiticamente corretas, mas cuja correção dependia, de um modo crucial, de fatos essenciais acerca da matéria. (506)*

Edelberg introduz o termo “implicação por tópico”, para se referir a esse critério, compreendido de um modo geral. Mesmo na área teológica, indica

Edelberg, **nós** podemos compreender a noção relevante de implicação em termos de disponibilidade de “um conjunto de axiomas e definições para [o] tema...” (506-507). Mas, de novo, Edelberg não sugere que Descartes tenha compreendido desta forma<sup>11</sup>.

Não consegui atingir uma compreensão muito boa da noção de implicação por tópico, principalmente quando estendida a tópicos da teologia; e não estou certa de que esta noção realmente contribui muito para a abordagem de Edelberg. Por exemplo, cabe perguntar-se acerca do suposto estatuto ou da origem dos “axiomas” putativos, ou dos “fatos sobre o tema”; e perguntar-se que tipo de caso pode ser excluído. Por exemplo, a partir de um número suficiente de “axiomas” sobre os sistema digestivo canino e de “fatos” acerca de fisiologia e química, parece que eu seria capaz de encontrar implicações por tópicos no conceito de comida de cachorro \_ aquelas que envolveriam **ambos** os componentes do conceito, também. Mas tenho a impressão de que essa é, na verdade, uma reclamação frívola. Sabemos que Descartes não estava muito preocupado com questões de validade formal; e me parece bastante provável que ele “sustentasse” uma noção de consequência necessária que não estivesse ligada a forma lógica ou a conexões “analíticas.”<sup>12</sup>

---

(11) O enunciado mais formal de Edelberg dos “princípios gerais nos quais Descartes se baseia em favor da tese das naturezas verdadeiras e imutáveis” é o seguinte:

Suponha que X seja um conjunto de propriedades {A1, A2 ..., AN} e que a propriedade A se define como uma coisa que tem todas as propriedades de X. Então haverá uma natureza verdadeira e imutável de A se e somente se:

- (i) as propriedades em X, conjuntamente e por tópicos, implicam alguma propriedade F, mas
- (ii) nenhum subconjunto estrito de X o faz (507)

(12) Nas duas últimas seções de seu artigo (VII-VIII; pgs. 518-32), Edelberg desenvolve a “hipótese” de que Descartes pensava que o **atributo principal** de uma substância determinava as implicações por tópicos encontradas nessa substância (ou em seus modos). Assim, por exemplo, “implicações entre os modos da substância extensa são determinadas por seu atributo principal [extensão].” (521) Ele continua:

*Se isso é correto, é possível que sustentasse concepções análogas para os dois outros tipos de substância: mentes finitas e Deus. As implicações entre os modos da mente seriam determinadas*

Seria ainda um passo **além** concordar com Edelberg que, para Descartes, as conexões necessárias relevantes para a questão das naturezas verdadeiras e imutáveis **têm** que ser outras que as conexões lógicas ou analíticas. Uma razão para que eu esteja inclinada a resistir a esse passo é que (como discute Doney) alguns comentadores importantes localizam o principal argumento “ontológico” para a existência de Deus na Quinta Meditação sob um modelo de inferência (via as noções de Deus como um ser com todas as perfeições e de existência como uma perfeição) que parece, ao menos, pretender ser logicamente válida.<sup>13</sup> E, como foi observado, grande parte da motivação de Descartes para expor a distinção inicial entre as naturezas verdadeiras e imutáveis e as idéias factícias é fazer uma preparação para o Argumento Ontológico que será imune às objeções do tipo “leão existente”.

Com relação ao meu exemplo do “Onk”, uma das objeções expressas por Edelberg é que as “implicações” citadas **podem ser** “implicações analíticas”, mas não “implicações por tópicos”. Entretanto, ele não insiste nesse ponto, visto pensar que o contra-exemplo é claramente antecipado por sua outra condição: a de que a propriedade implicada não seja uma consequência de **apenas parte** da “natureza” (putativa). Ele escreve:

*Nessa leitura, os casos como os “onk” de Wilson não apresentam qualquer dificuldade. ... [Se] podemos explicar a implicação por tópicos entre “ser um A” e “ser F” através de alguma*

---

*pelo atributo pensamento, as implicações entre os modos de Deus (ou melhor dizendo, entre suas várias perfeições específicas) seriam determinadas pelo atributo da suprema perfeição. (521 - 22)*

É possível que esse estágio final do artigo de Edelberg forneça material para um maior esclarecimento da noção mesma de implicação por tópicos; bem como é possível que dê conta de outras questões que expresse abaixo. Entretanto, o próprio Edelberg não apresenta sua “hipótese” como levando a uma clarificação direta, ou a uma qualificação da explicação da noção de naturezas verdadeiras e imutáveis fornecida nas seções anteriores. Visto que essas seções muito densas com certeza apresentam suas próprias dificuldades de interpretação, não tentarei dar conta delas de forma detalhada.

(13) Doney, *op. cit.*, 425-27.

*implicação por tópicos a partir de uma das propriedades definitórias de A, para F, então não postulamos uma natureza verdadeira e imutável a A. Mas isso é exatamente o tipo de coisa que ocorre no exemplo do onk: ser um onk implica ter capacidades reprodutiva e metabólica simplesmente porque “ser uma forma-de-vida” implica nisso. (510)<sup>14</sup>*

Parece natural, nesse ponto, perguntar se, de alguma forma, “ser uma forma-de-vida” deve equivaler, segundo esse teste, a uma natureza verdadeira e imutável. Não está claro para mim por que a resposta não deveria ser “sim”, (deixando de lado a questão da implicação “por tópicos” versus implicação “analítica”). Se é assim, então (para apontar o óbvio) ou bem a idéia de uma “forma-de-vida” é inata, ou bem a equivalência entre naturezas verdadeiras e imutáveis e idéias **inatas** (ou seus conteúdos) – equivalência na qual Edelberg particularmente insiste – se avaria. Retornarei a essa questão geral em breve, através de um problema aparentemente diferente levantado por Edelberg. (Cf. n.16, abaixo)

Numa observação estranhamente relegada a uma nota de pé de página, Edelberg admite que parece haver contra-exemplos mesmo para o critério de duas fases proposto por ele para as naturezas verdadeiras e imutáveis. Pois, segundo esse critério,

*se seguiria que há uma natureza verdadeira e imutável do triângulo vermelho, visto que ser um triângulo vermelho implica topicamente ser um vermelho trilateral, mas nem ser vermelho nem ser triangular, neles mesmos, implicam ser um vermelho trilateral. (507, n.23)*

Edelberg observa que “não é certo que Descartes tenha desejado postular uma tal natureza verdadeira e imutável”. Ele tenta abordar esse problema em seu artigo em um apêndice curto mas bastante técnico; ao mesmo tempo em que enfatiza

que “obviamente” não pretende sugerir que “Descartes tenha qualquer coisa remotamente tão detalhada ... em mente”.

A primeira observação que quero fazer sobre sua nota de pé de página é que parece colocar o Onk – ou pelo menos algo próximo ao Onk (ou aos onks) – de volta no quadro como um contra-exemplo. Para simplificar as características definitórias de Onk, definiremos ‘Onk-x’ como (simplesmente) “uma forma-de-vida não terrestre”. (Tanto quanto eu posso ver, nada é prejudicado com essa simplificação). Podemos então, com certeza, obter uma implicação que satisfaça a condição de exigir todas as características definitórias, não apenas parte da definição, acompanhando o “triângulo vermelho” de Edelberg. Ocorre que Onk-x necessariamente tem a propriedade de ser um **extra-terrestre** com a capacidade de assimilar alimentos.

A segunda observação é que o máximo que extraio das minhas intuições interpretativas é que é não apenas provável que Descartes não tenha pretendido aceitar o triângulo vermelho como uma natureza verdadeira e imutável, mas com certeza ele não pretendeu – não mais do que no caso do Onk ou do Onk-x.<sup>15</sup>

Porém, em terceiro lugar, e isto deve ajudar a esclarecer a última observação, a idéia de um “triângulo vermelho”, do ponto de vista de Descartes, contém um componente que (como é ordinariamente compreendido) não podemos conceber **distintamente**. Fundamentalmente, ‘vermelho’ para Descartes é uma idéia confusa dos sentidos. É verdade que idéias mais distintas de cor estão disponíveis, nos princípios cartesianos, através de teorizações físicas (em termos de partículas em movimento). Mas parece que nem mesmo a idéia de vermelho do físico seria considerada como **inata** por Descartes: presumo que ele a interpretaria como factícia (como a “idéia de sol do astrônomo”, segundo sua observação a Mersenne). Quando se aceita uma equivalência entre naturezas

---

(15) O próprio Doney, sem comentar diretamente a nota de Edelberg, oferece “a idéia de um triângulo roxo” como um exemplo de uma idéia “construída”, em oposição a uma que represente uma natureza verdadeira e imutável. (**Op. cit.**, pg.416).

verdadeiras e imutáveis e o conteúdo de idéias inatas, como aparentemente faz Edelberg, então “triângulo vermelho”, apenas com base nisso, deve ser excluída.<sup>16</sup> (Deixo aqui de lado o trecho anômalo de uma certa passagem bem conhecida do polêmico e tardio *Notas contra um Programa*, segundo o qual todas as idéias – em particular as do sentido – são inatas.<sup>17</sup> E nem mesmo esse texto, é claro, sugere que as idéias do sentido são **distintas**).

Assim, por um lado, existem boas razões para não se considerar que o exemplo específico dado por Edelberg traga algum problema para seu critério, do modo como ele supõe. Por outro lado, a consideração deste suposto contra-exemplo traz a tona o fato de que a identificação das naturezas verdadeiras e imutáveis com o conteúdo das idéias **inatas** é, em potência, bastante significativa.

Uma consideração sobre esse ponto é que, parece, o conteúdo das idéias inatas podem ser **simples**. Se o conteúdo dessas idéias são sempre naturezas imutáveis, então essas não precisam, em qualquer sentido, **ter** um “conjunto

---

(16) Edelberg elabora um princípio que considera fornecer uma condição necessária e suficiente para algo ser inato (para Descartes) com base em sua concepção de naturezas verdadeiras e imutáveis. Esse princípio acrescenta à concepção anterior uma terceira condição, relacionada a “compulsão mental” :

(iii) a mente sob certas condições (quando a implicação é percebida clara e distintamente) não tem o poder de negar que o A é F. (509)

A princípio, o acréscimo de (iii) permite que o conjunto de idéias inatas seja menor do que o conjunto de naturezas verdadeiras e imutáveis. Não me parece claro, entretanto, o que Edelberg pretende extrair disso. No início de seu artigo, ele efetivamente introduz como uma (mera) pressuposição que “todas as idéias inatas têm naturezas verdadeiras e imutáveis” (i.e. ele não sugere o converso). Porém, um pouco adiante ele escreve:

As naturezas verdadeiras e imutáveis são introduzidas, irei sustentar, como a base semântica da verdade de certas implicações; as idéias inatas são introduzidas como a base psicológica ou metafísica **de um conjunto correspondente de compulsões mentais** que se manifestam sob certas condições ideais. (502, ênfase acrescentada).

(17) AT VIII B, pgs. 357ff.

completo de características definitórias”. Considere, por exemplo, a lista dada na Primeira Meditação de coisas que não são postas em questão pelo argumento do sonho: isto é, coisas que são “mais simples e universais” do que “olhos, cabeça, mãos e outras semelhantes”:

*Desse gênero de coisas [diz Descartes] é a natureza corpórea em geral e sua extensão; juntamente com a figura das coisas extensas, sua quantidade, ou grandeza, e seu número; como também o lugar em que estão, o tempo que mede sua duração e outras coisas semelhantes. (AT VII,20)*

Dessas coisas simples e universais Descartes afirma que “é ao menos necessário admitir que [elas] ... são reais [vera]”, uma declaração que ele ali distingue implicitamente da noção de que elas “existem em natureza”. Visto que podem não existir atualmente, as idéias delas presumidamente não são adventícias. Visto que as naturezas em questão são consideradas elementos a partir dos quais “todas ... as imagens de coisas, que estão em nosso pensamento, sejam verdadeiras ou falsas, são produzidas”, não parece que as considera como factícias. Isso parece conduzir, por eliminação, à conclusão de que as considera inatas. Do mesmo modo, no início da Quinta Meditação, Descartes evoca verdades acerca de números, figuras, situações e movimentos que se revelam “com tanta evidência e se acordam tão bem com minha natureza que, quando começo a descobri-las, não parece que aprendo algo novo, mas, antes, que me recordo de algo que já sabia anteriormente ...” (AT VII, 63-43). Claramente, a implicação é a de que esses conteúdos são inatos.

Mas a carta a Mersenne que citei anteriormente fornece uma evidência ainda mais direta em favor da noção de que naturezas imutáveis podem ser simples indefiníveis. Descartes ali menciona especificamente, por exemplo, **pensamento** como uma natureza imutável, presente de modo inato em nossas mentes. Não vejo razão para crer que Descartes considerasse pensamento como tendo qualquer “característica definitiva”.

Por um lado, portanto, parece que as idéias inatas devem incluir idéias de naturezas relativamente simples, bem como idéias de triângulos, etc..

Sugiro que também esses “simples” têm como conteúdos naturezas verdadeiras e imutáveis. Assim, uma abordagem desse conceito que recorra a “uma lista de características definitórias” (como faz Edelberg) é enganosa.<sup>18</sup> Por outro lado, parece que “triângulo vermelho” e, talvez, até mesmo “forma de vida” se diferenciem dos conteúdos de idéias que representam naturezas imutáveis não apenas em virtude de serem (presumidamente) factícios, mas também em virtude de (como é normalmente compreendido) não terem distinção. Mesmo se **efetivamente** satisfazem à condição, proposta por Edelberg, de implicação não-analítica que envolve todas as características definitórias, **ainda** assim não são candidatos à posição de naturezas verdadeiras e imutáveis.

E vimos que Descartes, quando desafiado a explicar por que se pode inferir a existência de Deus da idéia de Deus, mas não a existência de um leão da idéia de um “leão existente”, tenta uma resposta que não recorre diretamente às noções de “distinção” ou de “inatismo”<sup>19</sup>. Entre as razões mais interessantes que podem explicar sua resposta está a consideração de que parece haver idéias factícias, cujos componentes em sua totalidade são inatos (como sugere, de um determinado ponto de vista, o exemplo do “triângulo inscrito em um quadrado”). Assim, deixando de lado os leões, etc., poder-se-ia formar a idéia de “**res extensa** existente”. Dessa forma, parece que se obtém a base para um Argumento Ontológico em favor da existência da matéria, que

---

(18) Como foi mencionado acima (nota 16), Edelberg nas últimas seções de seu artigo amarra sua discussão anterior da noção de naturezas imutáveis a uma hipótese de que os atributos principais das substâncias — Extensão, Perfeição Suprema, e Pensamento (o último para substâncias finitas mentais; o segundo para Deus) — ditam as implicações por tópicos que ocorrem nos respectivos casos. Esses atributos ele próprio toma como definindo as naturezas ou essências dos respectivos tipos de substância. (Veja, e.g., pg.520) Entretanto, tanto quanto posso ver, ele não explica como esses “atributos” se realcionam com as condições anteriormente apresentadas por ele como as condições para naturezas verdadeiras e imutáveis.

(19) A passagem citada acima de **Conversation with Burman**, parece ser uma exceção.

não exija ir além do nível dos inatos e distintamente percebidos conteúdos das idéias. Apesar disso, Descartes certamente desejaria rejeitar esse Argumento Ontológico, visto ter aderido à visão tradicional pré-Espinozista de que a matéria não existe em virtude de sua natureza.

Nesse momento tenho que admitir uma incerteza relativa a como a questão se resolve. De fato desejo conceder a Edelberg – levando-se em conta tudo – que a noção de propriedades definitórias **conjuntamente** implicando uma consequência apreende parte do que Descartes oferece nas Primeiras Respostas ao responder à objeção do “leão existente”. Ainda assim, por razões que o próprio Edelberg sugere, e que discuti, essa condição não parece dar conta do que é exigido. Em primeiro lugar, sempre poderá haver meios triviais de satisfazer a essa condição (deixando de lado manobras técnicas não-cartesianas). Ainda pior, ela admite um grande conjunto de idéias que certamente, na filosofia de Descartes, não seriam consideradas como candidatas a ter naturezas verdadeiras e imutáveis como conteúdo.

Resta ainda, sugiro, a possibilidade de que a noção de Descartes de naturezas verdadeiras e imutáveis é, afinal, (com a licença de Doney e de Schmaltz, bem como de Edelberg), tão confusa como interpretei anteriormente, (embora eu não queira defender em detalhes o modo como tratei a questão anteriormente).

Para concluir, quero mencionar um ponto vago que diz respeito à relação entre naturezas verdadeiras e imutáveis e idéias inatas. Como observei de passagem, Descartes afirma a Caterus entre parênteses que as naturezas de um cavalo e de um leão “não são totalmente perspícuas a nós”. Em um artigo que mencionei antes, Gregory Brown atribui a Descartes uma posição bastante Lockean: a saber, a concepção de que existem ou podem existir tipos de essências naturais que não são acessíveis a nós e, certamente, não são inatas. Dificilmente eu poderia acreditar que Descartes “sustentaria” de bom grado tais “naturezas”; mas admito que até agora não vejo como interpretar de outra maneira a afirmação em questão. Parece-me bem possível que ele tenha pensado que a abrangência das “naturezas verdadeiras e imutáveis” fosse mais ampla do que o conteúdo de nossas idéias

inatas; mas que aquelas não perspícuas a nós valem como nada no domínio do nosso pensamento.<sup>20</sup>

**ABSTRACT**

*The author's purpose in this paper is to examine the issue concerning the Cartesian notion of true and immutable natures as it appears in the Fifth Meditation and in the First Replies, and to examine as well related important Cartesian notions such as those of innate ideas and factitious ideas. This analysis starts with a brief review of the main points of the author's original treatment. It goes on to sketch and respond to the most directly opposed portions of the analysis of the issue made by Walter Edelberg, with some reference to its discussion by Willis Doney. The author's main concern is not to "refute" this interpretative position, but rather to bring into question certain elements of it, as she claims to be inclined to think that there are too many problems with this treatment for it to be accepted as a clarification of Descartes' position.*

Tradução: *Ethel Menezes Rocha*

Revisão: *Simone Brantes*

---

(20) Embora essa questão não seja tematizada por Edelberg (ao menos tanto quanto é de meu conhecimento), sua abordagem formal sobre as naturezas verdadeiras e imutáveis e sobre as idéias inatas poderia clarificá-la. (Ver notas 11 e 16).